

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Choque elétrico.....	2
Título: Ainda sem indenização	2
Título: Brasil perderá posição no ranking de energia limpa.....	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: Decisão de custo bilionário	4

VEÍCULO: O Globo**Data: 20/10/2018****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Choque elétrico**

A Cemig está passando nos cobres a Light. A GP Investments largou na frente para comprar a distribuidora de energia. Desde 2010, a estatal mineira perdeu, nessa aventura carioca, cerca de R\$ 6 bilhões.

VEÍCULO: O Globo**Data: 20/10/2018****Seção: Colunas****Autor: Lauro Jardim****Título: Ainda sem indenização**

MEIO AMBIENTE

Dentro de duas semanas prescreve o prazo para que sejam selados acordos de indenização entre a Fundação Renova e os nove mil pescadores da região de Mariana (MG), palco da maior tragédia ambiental do Brasil. E o saldo até agora é funesto: cerca de sete mil pescadores, gente que perdeu sua principal fonte de renda para a vida inteira, ainda não selaram seus acordos. Nos últimos dois meses, a Renova diminuiu drasticamente a velocidade de fechamento dos acordos, que são em média de R\$ 100 mil cada.

ECONOMIA

Negócio (quase) fechado

A venda dos 50% da Petrobras na PetroAfrica, um negócio em torno de US\$ 1,3 bilhão, será aprovada nos próximos dias pelo conselho de administração da Petrobras.

VEÍCULO: O Globo**Data: 20/10/2018****Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa****Título: Brasil perderá posição no ranking de energia limpa**

País expande geração de fontes como hidrelétrica, eólica e solar, mas ficará atrás de Índia e Alemanha nos próximos anos

Com a terceira maior capacidade instalada de geração de energia de fontes renováveis do mundo, o Brasil, que hoje só fica atrás de China e Estados Unidos, vai perder a medalha de bronze no ranking das economias que mais investem no desenvolvimento de hidrelétricas, placas solares e parques eólicos. De acordo com estudo da Agência Internacional de Energia (AIE), o país deverá passar para a quinta posição, ultrapassado por Índia e Alemanha em 2023.

Entre 2018 e 2023, a capacidade instalada de energia renovável no Brasil vai crescer 15 gigawatts (GW), passando de 134 GW para 149 GW. Segundo a consultoria Safira, 1 GW é capaz de abastecer 1,5 milhão de pessoas, o equivalente a uma cidade do tamanho de Porto Alegre. Para especialistas, embora o Brasil tenha uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, com cerca de 80% da geração oriunda de fontes renováveis, é preciso acelerar os investimentos.

Isso porque há uma expectativa de que a economia brasileira volte a crescer. A previsão da AIE é de uma alta de 2% ao ano na demanda por eletricidade. As propostas dos candidatos à Presidência que disputam o segundo turno tornam incerto o futuro do desenvolvimento da energia renovável no país. Jair Bolsonaro (PSL) pretende investir em hidrelétricas de grande porte e retirar os subsídios em eólica e solar.

Já Fernando Haddad (PT) pretende manter incentivos à geração a partir do sol e do vento, além de hidrelétricas sem grandes reservatórios. Segundo Marcelo Laterman, especialista em energia do Greenpeace, o Brasil precisa encarar as fontes renováveis como estratégicas. Ele destaca que, nos últimos anos, com a crise hídrica que afetou o nível dos reservatórios das hidrelétricas, a fonte termelétrica, mais cara e poluente, foi a que mais avançou.

O impacto aparece nas contas de luz: —Estamos remediando a falta de água com termelétricas a gás, carvão e óleo diesel. E gerar energia com esse sistema é caro. Temos que diversificar a nossa matriz. Para a AIE, o avanço da energia renovável no Brasil nos próximos cinco anos será puxado, principalmente, por pequenas centrais hidrelétricas, com 8 GW novos, parques eólicos (6 GW), plantas solares (5GW) e biomassa (2 GW).

Bruno Carrara, do Barros Pimentel Advogados, avalia que o menor ritmo de crescimento no Brasil, em comparação com outras nações, está ligado ao baixo crescimento do país. No entanto, ele diz que o governo deveria incentivar mais projetos para garantir maior oferta de energia barata no momento de retomada da atividade econômica: — O governo tem feito leilões, mas esse esforço poderia ser maior.

Para Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico do Instituto de Economia da UFRJ, não é um grande problema recuar um pouco no ranking: —O Brasil tem hoje uma matriz elétrica muito mais limpa que a de outros países, que fazem um esforço para limpar suas fontes.

EÓLICA NO MAR EM 2022

No caso da energia solar, cuja capacidade deve crescer no país cinco vezes até 2023, o governo precisa ampliar o volume de contratação por meio de leilões, avalia Rodrigo Sauaia, presidente da Absolar, entidade que reúne as empresas do setor: — Desde 2015, o preço do megawatt da solar caiu 60%. Mas o governo precisa reduzir ainda a carga tributária do setor, hoje em cerca de 50%.

A matriz eólica, que gera energia a partir do vento, também ganha destaque. O setor hoje tem em carteira recursos para investir 30 GW no país caso o governo decida aumentar o volume de leilões. — Se a economia do país crescer 1% ao ano, o consumo de energia adicional será de 6 GW. Com a estiagem, é a eólica que tem ocupado esse espaço — diz Elbia Gannoum, presidente da Abeeólica, associação do setor.

A geração de vento no mar é uma das apostas para os próximos anos. A Petrobras e a norueguesa Equinor investem num projeto para fazer do Brasil um dos únicos países no mundo a unir a geração eólica no mar com a produção de petróleo, assim como ocorre no Reino Unido e na Noruega. No projeto, que deve começar a operar em 2022, a planta eólica fica em uma base flutuante a cerca de um quilômetro de uma plataforma de petróleo.

Parte da energia gerada abastece a plataforma, e o restante vai para o sistema em terra por meio de dutos que conduzem eletricidade. Para Mario González, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a qualidade do vento é melhor no mar: —Há mais previsibilidade, o que permite um melhor planejamento energético em relação ao uso dessa fonte.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/10/2018

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Decisão de custo bilionário

Ao rejeitar por 34 votos a 18 o projeto de lei que resolvia pendências jurídicas e financeiras de distribuidoras de energia elétrica controladas pela Eletrobrás e, assim, destravava sua venda para investidores privados, o Senado impôs um ônus bilionário à estatal e colocou em risco a prestação de serviços públicos a milhões de usuários.

O projeto que permitia a privatização de distribuidoras estaduais havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados em julho e, se tivesse passado também pelo Senado e em seguida sancionado pelo presidente da República, criaria condições favoráveis para o leilão da Amazonas Energia, marcado para o próximo dia 25.

É incerto o futuro da prestação de serviços pela distribuidora amazonense e também pela Companhia Energética de Alagoas (Ceal), cujo leilão foi suspenso por decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski. A Amazonas Energia não tem mais a concessão dos serviços, que vêm sendo prestados em caráter precário até o dia 31 de dezembro. A intenção do governo era leiloar tanto a concessão, por um período bem mais longo, como a empresa. A Ceal está na mesma situação.

A aprovação do projeto, como lembrou seu relator na Comissão de Assuntos Econômicos, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), era de “grande importância para a recuperação do equilíbrio econômico- financeiro das concessões de serviço de distribuição administradas pela Eletrobrás”.

Quando assumiu as distribuidoras, a Eletrobrás poderia ter optado pela prorrogação das concessões prestes a vencer, mas, envolvida ela também em graves problemas financeiros, optou por transferir o controle das empresas estaduais (eram seis até recentemente) e, assim, livrar-se de uma pesada fonte de prejuízos.

A estatal federal continuaria prestando os serviços em caráter temporário até que a nova concessão fosse outorgada aos novos controladores das distribuidoras estaduais. Elas vinham prestando serviços de má qualidade, fato comprovado pelas frequentes interrupções no fornecimento de energia elétrica, aumento das tarifas para cobrir perda de eficiência, falta de investimentos e incapacidade de combate a furtos de energia e outros tipos de fraude.

Neste ano, o governo conseguiu leiloar as distribuidoras do Piauí, do Acre, de Rondônia e de Roraima. Assim, das seis que a Eletrobrás incorporou, restavam as do Amazonas e de Alagoas. Se não houver condições de transferir o controle dessas duas para investidores privados, “o caminho natural é a dissolução das companhias”, segundo o Ministério do Planejamento.

A liquidação das empresas implicará a demissão de seus empregados e trará o risco de suspensão dos serviços. Mais ainda, imporá prejuízos bilionários à sua atual controladora, a Eletrobrás. Embora desde julho de 2016 as distribuidoras incorporadas pela estatal contassem com recursos de empréstimos subsidiados – bancados pelos consumidores de outras regiões do País, por meio de taxas

acrescentadas às contas de luz –, suas dívidas acumuladas superam vários bilhões de reais.

Os empréstimos subsidiados serão concedidos só até o fim deste ano, quando as empresas beneficiadas terão de começar a pagá-los. Estima-se que só a Amazonas Energia precise de R\$ 4 bilhões a R\$ 5 bilhões por ano para continuar operando. As estimativas da dívida acumulada pela distribuidora amazonense variam de R\$ 11 bilhões a R\$ 17 bilhões. O Ministério do Planejamento calcula que “o custo de liquidação (da Amazonas Energia) que poderá ser suportado pela Eletrobrás passa de R\$ 13 bilhões”, sem levar em conta todos os passivos que possam surgir.

A Eletrobrás provisionou recursos para cobrir parte desses passivos. Mas é um custo que torna ainda mais difícil sua recuperação, visto que suas finanças, como a de outras empresas do setor, foram destroçadas pela aventura tarifária e pelo desastroso modelo que o governo Dilma Rousseff impôs ao setor. A decisão do Senado torna ainda mais grave um quadro que já era muito difícil.

MME / ASCOM .